



# PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco

**lúmus**



# PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco



TÍTULO

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

COORDENAÇÃO

Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus & Mario Franco

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COORDENADORES:

Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades

ASSISTENTES EDITORIAIS

Adriana Teixeira, Ana Carina Figueira e Cátia Gouveia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Câmara | Gabinete de Comunicação e Marketing da Universidade da Madeira

© Edições Húmus, Lda e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN

978-989-755-754-5

DOI

<https://doi.org/10.34640/universidademadeira2022pinheiromateusfranco>

IMPRESSÃO

Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Maio de 2022

Depósito Legal:

498121/22

Nota de edição

Nos textos em Língua Portuguesa, os Coordenadores do Volume respeitaram a ortografia seguida pelos Autores.

Todos os textos que integram este Volume foram submetidos a arbitragem científica

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Adélio Fernando Abreu, Universidade Católica Portuguesa

Alda Portugal, Universidade da Madeira

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa

Ana Isabel Moniz, Universidade da Madeira

Andréa Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Catarina Rodrigues, Universidade dos Açores

Cristina Santos Pinheiro, Universidade da Madeira

Daniel Tércio Guimarães, Universidade de Lisboa

Eunice Ribeiro, Universidade do Minho

Gianfranco Ferraro, Instituto de Filosofia da Nova

Gisela Gonçalves, Universidade da Beira Interior

Ivo Furtado, Universidade da Madeira

Joaquim Paulo Serra, Universidade da Beira Interior

José Manuel Sobral, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luísa Maria Paolinelli, Universidade da Madeira

Maria Cristina Almeida e Cunha, Universidade do Porto

Maria Filomena Andrade, Universidade Aberta

Paulo Osório, Universidade da Beira Interior

Rodrigo Gomes, Universidade de Coimbra

Vera Amorim, Instituto Politécnico de Lisboa

# índice

- 9        Introdução  
         Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus, Mario Franco
- 13        Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV  
         Rui Carlos Fonseca
- 27        A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho  
         de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)  
         André Filipe Oliveira da Silva
- 49        Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista:  
         São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade  
         Nelson Veríssimo
- 61        “Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde  
         de D. João III e a experiência italiana de saúde pública  
         Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho
- 77        A Portuguese Treatise on the Plague:  
         João Curvo Semedo’s *Tratado da Peste*  
         Gabriel A. F. Silva
- 91        Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil)  
         na segunda metade do século XIX  
         Caroline P. Leal
- 107       Santos: porto do café e das epidemias -  
         experiências, cotidiano e imigração  
         Maria Izilda Santos de Matos, Bruno Bortoloto do Carmo
- 125       “Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante  
         a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local  
         Guida Cândido
- 139       Les récits de la peste comme mode de connaissance,  
         de mémoire et d’identification  
         Chantal Louchet
- 155       Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance:  
         as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M.  
         Tavares (2020)  
         Ana Isabel Correia Martins

- 171 Paisagens pandêmicas na literatura:  
não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção  
Fabiano Dalla Bona, Carolina de Castro Wanderley
- 179 O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandêmico  
Sara Inês Rodrigues Gaspar, Eduardo José Marcos Camilo, Rafaela Norogrande
- 195 As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos  
Rosa Henriques de Gouveia, Teresa Ferreira, Lina Carvalho, Carlos Robalo Cordeiro
- 203 Pessoas e organizações no quotidiano pandêmico:  
uma construção social da realidade?  
Pedro Eduardo Oliveira Ribeiro
- 219 O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade  
Rodrigo Barros Gewehr
- 237 O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade  
“Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2  
Samuel Mateus

« Tout le monde sait que les pestes ont une façon de se reproduire dans le monde, mais d'une manière ou d'une autre, nous avons du mal à croire en celles qui nous tombent sur la tête à cause d'un ciel bleu. Il y a eu autant de fléaux que de guerres dans l'histoire, mais toujours des fléaux et les guerres prennent les gens également par surprise ».

Albert Camus, *La Peste*

# A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA\*

## Resumo

A Peste Negra de 1347-53 é um evento singular na história humana por vários motivos. Entre eles, é habitual destacar-se a mortalidade muito elevada, a rapidez da sua propagação e um profundo impacto na memória dos sobreviventes e dos seus descendentes. Essa memória pode detetar-se de formas diversas, e uma busca intensiva na documentação coeva do Norte de Portugal revela a introdução de palavras e expressões intimamente ligadas a essa ocorrência traumática. Este capítulo é dedicado a um fenómeno desse tipo, relacionando a Peste Negra com a vulgarização do léxico da peste, sobretudo “pestilência”, entre os portugueses comuns da segunda metade do século XIV.

**Palavras-chave:** Peste Negra, Peste, Portugal Medieval, Galego-Português.

## Abstract

The Black Death of 1347-53 is a unique event in human history for several reasons. Among them, it is usual to highlight the high mortality rate, the speed of the spreading and the profound impact on the memory of the survivors and their descendants. That memory can be felt in several ways, and an intensive research in coeval Northern Portuguese daily documentation reveals the introduction of words and expressions deeply connected with that traumatic phenomenon. This chapter aims to confirm the correlation between the Great Plague and the vulgarization of the use of the plague lexicon, especially the word “pestilência” (pestilence), among common Portuguese people in the second half of the 14<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Black Death, Plague, Medieval Portugal, Galician-Portuguese.

---

\* CITCEM – Universidade do Porto/ CIDEHUS – Universidade de Évora  
andre.f.oliveira.silva@gmail.com

## Introdução

A Peste Negra foi um dos eventos epidémicos mais marcantes da História humana, e as suas consequências têm sido estudadas numa perspetiva multidisciplinar ao longo dos últimos dois séculos. Surgida provavelmente nos planaltos áridos da Ásia Central, a vaga epidémica percorreria as diversas vias da Rota da Seda, acompanhando exércitos mongóis, caravanas comerciais, aventureiros e produtos, até chegar à Europa e ao Mediterrâneo em 1347 (Benedictow, 2011, pp. 92-95). Doença provocada pela bactéria *Yersinia pestis*, assume três formas principais, sendo célebre a bubónica que se desenvolve no sistema linfático e produz inchaços dolorosos nos gânglios linfáticos – os bubões –, febres e distúrbios gastrointestinais graves que podem conduzir à morte em 60% dos casos não tratados (World Health Organization, 2017). Infecção típica de roedores, é transmitida ao Homem como um hospedeiro acidental através de insetos vetores, mormente pulgas próprias dos ratos, sobretudo a *Xenopsylla cheopis* (Perry & Fetherson, 1997). Se os avanços no domínio das ciências da vida, por exemplo, têm permitido descobertas extraordinárias, entre as quais se destaca a confirmação da bactéria *Y. pestis* como a principal responsável pelo fenómeno e até a sequenciação do seu ADN antigo (Bos et al., 2011), muitos aspetos permanecem escassamente estudados ou merecem um novo olhar. Ao contrário do que acontece em muitas outras regiões, este evento pandémico permanece escassamente estudado em Portugal. Não havendo nos arquivos portugueses séries documentais trecentistas como aquelas que a maioria dos historiadores tem usado no estudo da Peste Negra noutros países – livros notariais com testamentos, registos fiscais, róis de inventários *post-mortem*, cadernos episcopais de apresentação, confirmação e colação de benefícios eclesiásticos, por exemplo – sobrevivem muitos milhares de documentos para este período, permitindo análises distintas, mas igualmente importantes e reveladoras de alterações e evoluções em diversos aspetos coletivos.

Assim, a tese que se apresenta neste capítulo é que um pequeno conjunto de palavras anteriormente utilizado apenas por uma minoria letrada, caracterizado por uma polissemia ampla, se torna corrente e bastante mais objetivo após a ocorrência de um fenómeno epidémico de grande escala, a Peste Negra, relacionando-o também com a persistência da memória do fenómeno nos seus sobreviventes e nos descendentes destes. No território português, a Peste terá sido introduzida no princípio do verão de 1348 (Roque, 1979, pp. 123-136), fazendo-se sentir em diversas regiões pelo menos até ao início de 1349<sup>1</sup>. Tratando-se de um fenómeno de origem natural, mas influenciado por uma intrincada teia de fatores humanos e não-humanos (Campbell, 2016, pp. 227-252 & pp. 277-329), creio ser possível estabelecer uma correlação entre a vulgarização

---

1 Tudo indica que a peste se tenha feito sentir na área de Elvas apenas em 1349: Arquivo Histórico Municipal de Elvas [doravante AHME], *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, n.º 4.

em vernáculo de um conjunto de palavras que antes estava praticamente ausente e a Peste Negra, excluindo-se a hipótese de mera coincidência.

Proponho realizar uma análise de documentação quotidiana<sup>2</sup> produzida numa das regiões mais densamente povoadas do Portugal medieval – o Entre-Douro-e-Minho – para a qual subsistem vastos fundos documentais<sup>3</sup>. Para identificar as alterações ocorridas, será necessário definir um intervalo que inclua um *antes* e um *depois*. Neste caso, optou-se por um período de 70 anos, entre 1310 e 1379 (inclusive), o que permite o estudo de uma geração antes e outra depois da Peste, *grosso modo*. Procurando obter o maior número possível de dados, foram incluídos todos os documentos produzidos ao longo dessas sete décadas. Trata-se de um total de 4938 documentos, produzidos em toda a região e pelas mais diversas instituições. Há ainda espaço para tratar alguns dos documentos produzidos fora destas regiões, mas relacionados com interesses das instituições e indivíduos do Entre-Douro-e-Minho, ou a eles dirigidos (como a documentação régia, por exemplo). A maioria recai sob a classificação de documentação notarial, havendo ainda testemunhos produzidos por oficiais régios, escrivainhas eclesiásticas e municipais, entre outros. Para poder complementar este rol, impedindo um afinilamento tipológico, serão ainda consultados três dezenas de textos de direito local (forais, foros, posturas), algumas compilações de direito comum, quase todos produzidos antes da Peste Negra, assim como textos de carácter literário (crónicas, hagiografias, anais) que permitam compor o quadro com maior verosimilhança, combatendo conclusões enviesadas com recurso a uma amostragem complementar.

O intervalo temporal selecionado inclui-se, segundo os diversos autores, numa possível fase de transição. Paul Teyssier sugere o final do ciclo trovadoresco galego-português como um momento de transição na língua escrita, ainda que, referindo diversas propostas de periodização, hesite em comprometer-se com alguma (Teyssier, 1982, p. 35). Teyssier refere a deslocação dos centros de cultura erudita para o eixo Coimbra-Lisboa e o afastamento da Galiza como um possível fator de diferenciação – vale a pena lembrar que, neste capítulo, se trata de documentação do Entre-Douro-e-Minho, onde essa eventual influência poderia sentir-se menos. Contudo, o longo e complexo debate sobre o momento de separação do galego e do português (ou se sequer houve separação) (Banza & Gonçalves, 2018, pp. 35-37) não é relevante neste contexto. Ainda sobre a eventual mudança de ciclo em meados deste período,

---

2 Entendo por documentação quotidiana toda a documentação notarial (testamentos, compras e vendas, contratos enfiteúticos, documentação judicial), aquela que é produzida por oficiais régios dos mais distintos tipos (dos ‘locais’ e regionais, como corregedores e juízes de fora, aos oficiais da corte e do desembargo régio), nas escrivainhas municipais e afins, nas igrejas catedrais e mosteiros, etc. Trata-se de textos não-literários e que respondem a necessidades prementes, circunstâncias e situações correntes.

3 A lista completa de fundos é descrita na bibliografia final, tal como as compilações de documentação publicada com testemunhos incluídos no rol em análise.

vale a pena resgatar a sugestão de Ivo Castro quanto à eventualidade de a substituição de gerações acelerada pelo cataclismo demográfico da própria Peste Negra poder ter contribuído para acelerar este ciclo de mudança (Castro, 2006, pp. 86-87). Independentemente destas propostas, os setenta anos aqui abordados inserem-se num único período do chamado ciclo de formação da língua, apesar dos diversos matizes defendidos por autores consagrados, o período do português arcaico, trovadoresco, antigo ou simplesmente do galego-português (Castro, 2006, pp. 83-87).

As mesmas palavras assumem significados distintos (ou apenas múltiplos) em contextos diversos e entre diferentes pessoas. Acrescentar a essa existência plural a espessura do tempo, permite-nos acompanhar e datar certas introduções ou vulgarizações. Neste caso, a polissemia da palavra não desaparece, mas o fenómeno impõe a hegemonia de um significado concreto, traduzido numa realidade concreta – uma doença com certas características identificáveis e amplamente conhecidas por todos – que relega para segundo plano a dimensão metafórica (ou apenas a transforma).

A pesquisa lexical teve um carácter inicial aberto. A seleção documental não se fez pelo potencial de ocorrências ou por tipologias. Procurou-se reunir *todos* os documentos deste período e desta região cuja existência é conhecida. Isto resultou numa esmagadora maioria de documentos notariais, tipologia não-literária cuja grande utilidade no estudo da história da língua nos derradeiros séculos da Idade Média portuguesa foi já devidamente demonstrada por Ivo Castro e Clarinda de Azevedo Maia, incluindo no estudo de variantes locais e regionais (Castro, 1991, pp. 184-186; Castro, 2006, pp. 90-92). Os documentos referidos foram integralmente lidos, e as ocorrências puderam assim ser recolhidas na sua totalidade. Não houve uma busca por termo, nem uma análise parcial. Os resultados, analisados adiante, revelam diversas existências do uso de palavras do campo lexical da peste. A maioria diz respeito à palavra *pestilência*. Paralelamente, vale a pena individualizar uma forma pouco comum para nomear o fenómeno epidémico de 1348-49 em Portugal: *mortandade*. Foram considerados tanto os documentos em galego-português, como aqueles escritos em latim. A inclusão da documentação latina justifica-se por se tratar quase sempre de documentação corrente, na qual a preferência pela língua é motivada pelo produtor, e não necessariamente pela tipologia documental ou tipo de texto; apenas uma parte dos documentos consultados, pouco mais de 10%, está redigida em latim, e quase todos são provenientes das chancelarias episcopais de Braga e do Porto, assim como do tabelionato de Braga (dependente do arcebispo, senhor da cidade, e não do rei), onde a língua latina permanece como idioma escrito por excelência até ao fim do primeiro quartel do século XIV.

Todas as palavras que se pudessem relacionar com a peste ou com a sua conceptualização foram consideradas. Na sua maioria, trata-se de ausências: estes textos nunca revelam o uso de palavras como ‘bubão’, por exemplo, cujo uso se consagrará apenas mais tarde. Outras palavras com o mesmo significado, ou procurando definir

o mesmo sintoma, são igualmente raras ou inexistentes: há mais de um século que João de Meira chamou a atenção para o possível uso da palavra “trama” como sinónimo de bubão, mas esse uso faz-se já no século XV, em especial por Fernão Lopes; outra palavra, os ‘inchaços’ referidos como sinónimo de bubões pelo *Livro da Noa*, códice analítico proveniente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>4</sup>, dizem respeito a uma zona distinta do reino, e constituem uma vez mais caso único. Outras palavras que poderiam estar associadas – tumores ou apostemas, por exemplo – estão também ausentes deste *corpus*.

### O ‘antes’ – uma ausência total

A análise da documentação quotidiana produzida no Noroeste português entre 1310 e a primavera de 1348 não deixa margem para dúvidas: não se encontra qualquer utilização da palavra ‘peste’ ou das suas derivadas, em sentido literal ou metafórico. Procurando perceber se esta ausência se verifica apenas neste tipo de documentação, e se poderá ser contrariada por exemplos de outros tipos de textos, foram selecionados três dezenas de textos de direito local<sup>5</sup>, quase todos em vernáculo. Todos são

4 ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99, fl. 21v-22.

5 Para esta seleção recorri, em parte, às listas de forais e foros compiladas pelo projeto CLIMA (Corpus Legislativo da Idade Média Anotado), sediado na Universidade Lusíada e disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/>. Os textos e as respetivas fontes são os seguintes: Foral de Fernando Magno de Leão a São João das Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães (1055) – *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines* (PMH-LC), 1856-1868, vol. I, 343-348; Foral de Santarém (1095) (PMH:LC, 1856-1868, I, 348-350); Foral de Guimarães (1096, com confirmação de D. Afonso Henriques em 1128 e de D. Afonso II, não datada) – (PMH-LC, I, 350-351); Foral de Coimbra (1111) (PMH-LC, I, 356); Fragmento dos Foros de Coimbra (c. 1145) (PMH: LC, I, 743-745); Foral de Évora (1166, confirmado por D. Afonso II em 1218), que serviu de modelo a vários posteriores (CUNHA, 1988; PMH:LC, I, 392-393); Foral de Melgaço (1181, confirmado por D. Afonso II em 1219) (PMH:LC), I, 422-424); Foros de Alfaiates (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH: LC, I, 791-848); Foros de Castelo Bom (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH:LC, I, 745-790); Foros de Ciudad Rodrigo (c. 1210) (PMH: LC, I, 849-896); Foros de Castelo Melhor (a partir dos de Ciudad Rodrigo, dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH: LC, I, 897-939); Foros de Beja (c. 1254 a 1335) (PMH-LC, II, 51-73); Foros de Portel (1262, comunicados de Évora) (PMH-LC, I, 703-705); Foros de Garvão (1267, comunicados de Évora, Montemor-o-Novo e Alcácer) (PMH-LC, II, 74-81); Foros de Terena (1262-1280, comunicados de Évora) (PMH-LC, II, 82-85); Foros de Figueira [de Avis] (c. 1260-1280) (Saraiva, Maria Teresa Monteverde Plantier (1997). *Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes*. Colibri, 82-89); Foros da Guarda (c. 1270) (PMH-LC, II, 3-17); Foros de Torres Novas (c. 1275-1325) (PMH-LC, II, 88-97); Foros de Alvito (1281, comunicados de Santarém) (Viana, Mário (2002). Um testemunho de direito consuetudinário (1281), *Arquipélago*, 6, 408-413); Costumes de Santarém (c. 1281-1284) (PMH-LC, II, 18-35); Foros de Oriola (1294, comunicados de Santarém) (PMH-LC, II, 36-44); Foros de Alcáçovas (1299, comunicados de Évora) (PMH-LC, II, 86-87); Foral de Porto de Mós (1305) (ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 45-46); Costumes do Porto (1339) (*Corpus Codicum*, 1917, II, 184-210); Foros de São Martinho de Mouros (1342, com tradução da confirmação do foral de 1111) (Serra, 1816, tomo

anteriores à Peste, mas as cronologias são bem mais alargadas do que no caso da documentação notarial selecionada, estendendo-se de meados do século XI até ao princípio da década de 1340. Também o âmbito geográfico é mais alargado, com textos de todo o país, com destaque para o Sul, mas também para a área fronteiriça do Centro onde a influência dos dialetos asturo-leoneses se faria sentir. Este tipo de textos é particularmente útil por se tratar sobretudo de costumes longamente praticados e que a certa altura foram vertidos a escrito, refletindo mais a cultura e as práticas consuetudinárias locais do que uma elaborada argumentação (e léxico) próprio do direito erudito, alheio ao discurso quotidiano daqueles que estavam sujeitos a estas normas.

O recurso às fontes escritas de direito local, para complementar a documentação notarial e afim, não altera o cenário. A ausência do léxico da peste permanece total, confirmando a tendência.

Esta ausência não se deve à inexistência, em Portugal, de textos de diferentes tipologias que fizessem referência a peste, *lato sensu*, em obras de direito, teológicas, literárias, científicas, didáticas, etc., muitas delas com circulação comprovada no Portugal pré-Peste, como testemunham os manuscritos medievais portugueses que chegaram até hoje (Nascimento e Meirinhos, 1997; *Inventário*, 1994-2001). Quase todos os autores clássicos latinos (de Cícero a Tito Lívio, passando por Horácio, Vergílio e Ovídio), padres latinos da Igreja (de Ambrósio de Milão e Agostinho de Hipona a Gregório Magno), teólogos medievais (de Anselmo de Cantuária a Tomás de Aquino), códigos legislativos clássicos (tanto as compilações de Teodósio e de Justiniano, como a *Lex Visigothorum*), crónicas da Antiguidade Tardia, entre muitos outros, fazem uso do léxico da peste das formas mais variadas – como metáfora, como acontecimento factual, como adjetivo (Silva, 2021, pp. 91-170). A própria Bíblia latina, livro fundamental do Ocidente medieval, recorre dezenas de vezes a este conjunto de palavras com os significados mais diversos. A definição de peste, pestilência ou pestífero não seria desconhecida entre os letrados e eruditos portugueses. Prova disso mesmo é o uso que António de Lisboa faz desse léxico nos seus sermões. O frade português, membro da ordem numa fase incipiente e conhecido pela sua pregação itinerante, teria como base das referências, citações e paráfrases utilizadas nos seus sermões as leituras feitas nos seus anos como cónego regrante, primeiro no mosteiro de São Vicente de Fora, depois em Santa Cruz de Coimbra (Pacheco, 1981; Caeiro, 1981).

Porém, este conhecimento livresco dos letrados não se parece traduzir numa utilização quotidiana do termo, com uma ausência quase total no rol de textos e documentos, latinos e vernáculos, produzidos em Portugal antes de 1348. Sabemos hoje que a peste estaria ausente do Ocidente há séculos. A memória da Primeira Pandemia,

---

IV, 579-607); Foral de Aveiro (1342) (Domingues, José, Pinto, Pedro (2015). O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21, 12-26).

inaugurada em meados do século VI pela chamada Peste de Justiniano, preservava-se sobretudo em grego. No Ocidente, testemunhos latinos importantes como os de Isidoro de Sevilha ou de Gregório de Tours não pertenceriam ao imaginário comum, e não parece haver nenhum outro tipo de epidemia que tenha tornado necessário o resgate prévio destes conceitos em Portugal.

As exceções que pude recolher são escassas, todas muitíssimo distintas. Apresento as cinco:

No primeiro caso, uma doação feita em 1142 e preservada no célebre *Liber Fidei*, o texto em latim individualiza alguma das circunstâncias em que a catedral bracarense, destinatária da doação, deverá socorrer os doadores – Paio Pires e a sua mulher, Maria Fernandes (Costa, 1965, I, pp. 157-158). Entre estas circunstâncias, inclui-se “pestem”. Também aqui a formulação terá sido feita pelo escrivão, certamente um clérigo ao serviço da catedral bracarense, e não por solicitação dos doadores – que quase certamente não saberiam ler nem escrever, ou dominariam o latim.

A segunda e a terceira exceções remontam igualmente ao século XII, e dizem respeito a um uso metafórico da peste nas hagiografias de Martinho de Soure e de São Teotónio, produzidas no *scriptorium* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do qual Teotónio foi um dos fundadores e primeiro prior. No texto latino original diz-se que Teotónio *ideoque temporales honores quasi pestem fugiens* – “fugia das honras temporais como se de uma peste se tratasse”<sup>6</sup> (Nascimento, 1998, pp. 184-185), naquilo que parece ser uma influência da vida de Martinho de Soure, composta poucas décadas antes<sup>7</sup> - *Hec et plura misericordie opera pera gens, incredibile est memoratu, quantum laudis humane fauorem pestem fugiebat* (Nascimento, 1998, p. 236).

A quarta exceção surge através da tradução de um texto castelhano e é indireta. Trata-se da tradução portuguesa das *Siete Partidas* de Afonso X, o Sábio (r. 1252-1284), compilação legislativa de enorme influência e que viria a ser vertida para português sob patrocínio do rei D. Dinis, neto de Afonso X (Domingues, 2017). O texto castelhano recorre quatro vezes à palavra pestilência<sup>8</sup>, todas elas revestidas de grande interesse: três dizem respeito à mesma citação de Boécio<sup>9</sup>, onde o autor

6 Tradução de Aires Augusto Nascimento.

7 A vida de São Teotónio terá sido redigida pouco depois da sua morte, em 1162, enquanto a de Martinho de Soure deverá remontar à década de 1130.

8 Procurando fazer um levantamento rigoroso, recorri à edição fac-similada que o Boletín Oficial del Estado espanhol fez da edição glosada por Gregório Lopez em 1555, confrontando-a em simultâneo com um manuscrito completo preservado na Biblioteca Nacional de Espanha que, apesar de parecer quatrocentista, não se afastará muito da redação original das *Partidas*. (*Siete Partidas*, 2011); Biblioteca Nacional de España [doravante BNE], Manuscrito VITR/4/6 (manuscrito igualmente disponível na World Digital Library em <https://www.wdl.org/pt/item/10642/>).

9 *Siete Partidas...*, vol. I, 434-435 e vol. II, 519 (o fac-símile não está numerado, pelo que as páginas dadas são as da contagem do ficheiro digital. Correspondem às folhas 65, 65v da edição quinhentista da Segunda Partida e à folha 72v da mesma edição da Quarta Partida). O texto do manuscrito medieval

latino define o falso amigo como a maior peste que pode haver, tratando-se assim de um uso metafórico (e revelando em simultâneo um exemplo da transmissão por via erudita deste tipo de vocabulário entre obras clássicas e medievais de tipologias diametralmente opostas). A quarta e última fala dos castigos diversos – entre os quais a pestilência – que Deus faria cair sobre o Homem por certas práticas, entre as quais se incluía a sodomia<sup>10</sup>. Esta compilação legislativa foi traduzida para português, mas os testemunhos que nos chegaram dessas traduções parecem ser posteriores a 1350, não representando a primeira geração de manuscritos traduzidos, e não sendo possível testemunhar diretamente o uso da palavra “pestilência” antes de 1350 através desses exemplos. Todavia, parece pouco provável que essa primeira geração de manuscritos portugueses das *Partidas* diferisse tanto do original castelhano, como dos exemplares portugueses mais tardios. A inclusão das *Siete Partidas* serve também para demonstrar que este tipo de referências pode surgir em textos aparentemente menos evidentes, e reforça (por contraste) a pertinência da análise anterior que foi feita aos textos de direito local medieval português.

A quinta e última exceção tem uma origem semelhante à das *Siete Partidas*. Falo da crónica composta pelo conde D. Pedro de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis, conhecida atualmente pela designação de *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Apesar de se tratar de uma crónica da sua autoria, o conde baseia-se largamente na historiografia patrocinada por Afonso X, o Sábio. Também aqui é difícil dizer exatamente o que constava da redação pré-Peste: a primeira redação é terminada poucos anos antes da Peste Negra, como a designação da crónica revela, mas é a sua refundição feita por volta de 1400 que sobrevive na totalidade em português. Da primeira redação resta-nos apenas a tradução castelhana e fragmentos portugueses. Assim, para poder incluir as variantes, recorri tanto à edição crítica da versão castelhana feita por Ingrid Vindel (2015), como à reconstituição do manuscrito L da mesma crónica (que representa a refundição feita c. 1400, mas não deverá conter alterações significativas no texto pré-existente que invalidem o seu uso neste propósito concreto de pesquisa lexical), feita por Marta Pedrosa (2013) e Sílvia Miranda (2013).

A pesquisa no texto castelhano fornece apenas três casos, enquanto o texto português reconstituído contém oito. A tradução castelhana preserva referências provenientes do *De Rebus Hispaniae* e da *Estoria de España*, como a *pestilencia* diarreica que atingiu o exército de Almançor, e a *pestilencia de sequedad* que teria afetado o reino de Leão quase em simultâneo, como punição divina pela prisão injustificada do bispo

---

utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. BNE, Manuscrito VITR/4/6, fl. 149v, 150 e 449.

10 *Siete Partidas...*, vol. III, 603 (corresponde à folha 72v da edição quinhentista da Sétima Partida). Também neste caso o texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. BNE, Manuscrito VITR/4/6, fl. 326v.

de Oviedo que Bermudo II de Leão, mal-aconselhado, ordenara (Vindel Pérez, 2015, p. 441 & p. 445). No caso do texto português refundido, é incluído o episódio da seca que teria provocado uma grande fome em meados do século VIII, na mesma altura em que é criado o emirado omíada de Córdoba (Pedrosa, 2013, p. 147), o já mencionado surto disentérico entre as tropas de Almançor, por volta do ano 1000 (Miranda, 2013, p. 96), a seca coeva em Leão (Miranda, 2013, p. 98), e uma tempestade que teria caído em Córdoba no mesmo período – apesar da grande seca e carestia de pão que então se vivia (Miranda, 2013, p. 106).

Uma adição aparentemente pioneira<sup>11</sup> é a do episódio da invasão francesa da Coroa de Aragão, levada a cabo em 1285, na sequência da qual o rei francês Filipe III (r. 1270-1285) terá perecido, vítima da *pestellença* gerada pelos cadáveres dos muitos mortos deixados pela derrota francesa (Miranda, 2013, p. 130). As derradeiras *pestellenças* da refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* são a *pestellença de fome* na taifa de Saragoça, por volta de 1080 (Miranda, 2013, p. 218) e a *pestelença* provocada pelos *maas aguas e aares corruptos* que envolveram Sevilha durante o longo cerco cristão que antecedeu a conquista da cidade, em 1248. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* é um texto particularmente importante nesta análise, por ser um dos conjuntos mais significativos do léxico da peste redigido em galego-português antes da Peste Negra. Apesar de não ser possível aceder ao texto da redação original, a refundição permanece útil. É verdade que, no caso da tradução castelhana da redação original, o conjunto de usos do léxico da peste é menor, mas é pouco claro se isso se deve a opções do tradutor castelhano, ou se há um enriquecimento desse tipo na refundição, bastante posterior à Peste Negra (e a várias das suas réplicas). Estando ligada à historiografia alfonsina de forma umbilical, este conjunto de referências prova que, também em vernáculo ibérico ocidental, se concebia a *pestelença* como uma praga, uma desgraça, um infortúnio, que poderia – também, mas não só -, ser uma doença, epidémica ou não. A matriz bíblica, onde o trio destrutivo da peste, da fome e da guerra é utilizado muitas vezes, mas onde é igualmente possível encontrar outros usos metafóricos, também seria uma fonte natural. Porém, também a *Vulgata*, com toda a sua difusão, não seria leitura da maioria. Mais nenhum texto cronístico ou analítico português anterior à Peste Negra contém referências deste tipo.

Expostas estas exceções – cujo número poderá ser maior -, creio que a conclusão de que o léxico da peste estava ausente do quotidiano português até meados do século XIV, em todas as suas dimensões, se mantém globalmente inalterada. Apesar de ser evidente que uma elite letrada – eventualmente um pouco mais alargada se tivermos em conta o contacto que a esmagadora maioria dos clérigos teria de ter com a

---

11 Além de pioneira, a descrição do evento incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344* é, ao que tudo indica, bastante fiel aos factos ocorridos (Bautista, 2016).

*Vulgata*<sup>12</sup> – conheceria os conceitos, nas suas dimensões médica e simbólica, não há prova alguma de que esse conhecimento fosse generalizado.

### O 'depois' – uma nova realidade

Os testemunhos portugueses diretos da Peste Negra não são abundantes. Também por isso este tipo de abordagem é de grande utilidade. Apenas lendo e relendo sistematicamente os documentos coevos se poderá ultrapassar os problemas levantados pela parcimónia das ocorrências. Na documentação do Entre-Douro-e-Minho em análise, o primeiro registo é apenas do início de janeiro de 1351, altura em que se faz o traslado do livro de milagres de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, feito pelo tabelião Afonso Pires “antes da Pestelança da dicta vila”<sup>13</sup>. O tabelião redator do original terá desaparecido durante a Peste Negra<sup>14</sup>. Porém, antes disso, outros documentos produzidos fora da região, mas a ela dirigidos, já faziam uso explícito da palavra: a 31 de julho de 1349, em carta redigida em Leiria, D. Afonso IV deu licença ao mosteiro de Vairão para não vender os bens que “foram dalguas mongas do dicto seu mosteiro que moreram na Pestelencia ataa dia de Sam Johane Bautista primeiro que a de viir”, nem poder ser constrangido para os vender antes da data determinada<sup>15</sup>.

A partir destes anos, as referências tornam-se mais numerosas. Ao todo, foram recolhidas 26, às quais é possível ainda acrescentar sete que, não tendo sido produzidos no território, dizem respeito às suas instituições, como a sentença régia que encerrou a demanda que opôs a Colegiada de Guimarães aos ocupantes ilegais de bens do seu património<sup>16</sup> - ocupação que se verificava desde a Peste Negra. Quase todos os casos dizem respeito à mesma palavra, ainda que com algumas variações ortográficas: pestilência. Há apenas duas exceções, colhidas no único par de documentos latinos incluídos neste pequeno conjunto. Ambas provêm de cartas do arcebispo de Braga, Guilherme de la Garde, um clérigo francês, estante em França durante a Peste e que terá passado muito pouco tempo dos seus quase 12 anos de prelatura bracarense (iniciados depois do seu antecessor, Gonçalo Pereira, falecer durante a Peste Negra

12 Porém, também aqui será necessário matizar a literacia latina de parte do clero português, e não só nos níveis mais modestos do clero paroquial. Em 1478, por exemplo, o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, promove um estatuto condenando o desconhecimento do latim e até mesmo o analfabetismo dos clérigos capitulares, e determina que os membros do cabido que não fossem capazes de ler o *Livro dos Estatutos* numa reunião capitular fossem impedidos de tomar parte nas distribuições do cabido até que o demonstrassem ser. Arquivo da Sé de Évora [doravante ASE], *Cabido da Sé de Évora*, Disposições Supra-Capitulares, Autoridades Eclesiásticas, Cartas de Bispos, Maço 001. [Cartas dos Bispos, EE 17<sup>a</sup>, no inventário de Carlos da Silva Tarouca (Tarouca, 1946)].

13 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 19

14 O último testemunho sobrevivente da atividade de Afonso Pires enquanto tabelião data de 28 de junho de 1348, poucas semanas antes da provável primeira fase de desenvolvimento da epidemia. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 13

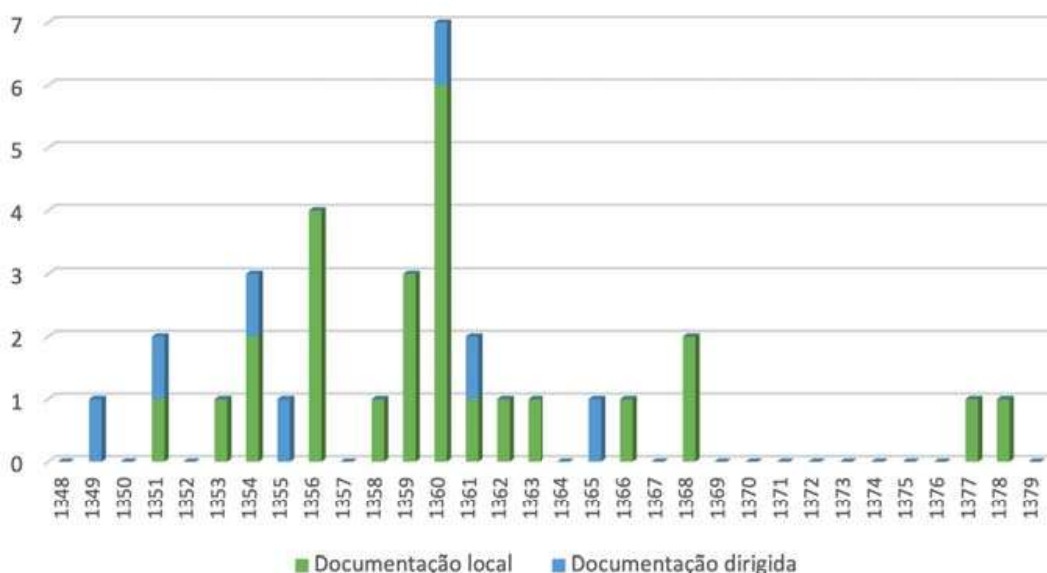
15 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

16 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 17.

(Coelho, 1990)) na condição de arcebispo residente. No primeiro caso, uma carta de 1356<sup>17</sup>, o arcebispo fala de *pestem et mortilitatis*, surgindo a segunda palavra, um sinónimo corrente de peste que é raro na documentação portuguesa, numa outra carta de 1358<sup>18</sup>: *mortalitate*. É possível que a origem estrangeira tanto do arcebispo, como de parte importante do seu séquito, possa justificar o recurso a uma expressão tão rara em contexto português.

A distribuição anual das referências reunidas faz-se da seguinte forma:

**Gráfico 1 - Uso do léxico da Peste (Entre-Douro-e-Minho, 1348-1379)**



Parte importante destas utilizações diz respeito à memória do acontecimento passado. As referências ao “tempo da pestelença”<sup>19</sup>, por vezes detalhando-se o ano ou até o mês (“no mes d’oitubro da era de myl e trezentos e oitenta e seis anos [1348 AD] que foi no tempo da pestelença que Deus deu per todo o mundo”<sup>20</sup>), foram sendo feitas na execução de testamentos de pestíferos, em pleitos judiciais com origem em ocupações de bens ou incumprimentos diversos que se iniciaram durante a Peste Negra, e em outras circunstâncias diretamente relacionadas com o evento pandémico.

A partir de meados da década de 1350, e sobretudo a partir de 1359, o uso da “pestilência” nas diversas tipologias documentais analisadas passa a fazer-se também como um acontecimento hipotético. Muitos contratos enfitêuticos, sobretudo aqueles

17 ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 271.

18 ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 40.

19 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 31.

20 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

promovidos pela Colegiada de Santa Maria de Guimarães, passam a incluir novas formulações de uma cláusula prevendo que, mesmo que um ou mais fenómenos naturais extremos ocorram, os enfiteutas continuariam obrigados a pagar as rendas e foros acordados contratualmente, sob pena das sanções previstas. Entre estes “casos fortuitos” encontra-se a pestilência – “posto que venha pestelença do çeo ou da terra per fortuito algum”<sup>21</sup> é um exemplo das formulações mais frequentes. De resto, a epidemia não levaria muitos anos a regressar.

A peste regressa em 1362, como revela o eloquente registo das *Confirmações de Tui* (Marques, 2016; Marques, 2018). A partir de então torna-se claro que a Peste Negra não foi um episódio isolado – ainda que o seja no seu impacto – e haverá regressos esporádicos da doença. Porém, esta realidade parece ter um efeito oposto ao que seria esperado. Depois de 1362, e da chamada *Pestis secunda*, o número de referências colhidas na documentação quotidiana minhota vai caindo, e a maioria das que há dizem respeito a pleitos que se arrastavam desde a Peste Negra, encaixando-se no tipo original de utilização da palavra. É esse o caso da sentença de 1377, dirimida pelos vigários de Braga, que encerrou uma demanda entre o Cabido de Guimarães, por um lado, e António Gonçalves e Guiomar Esteves, sua mulher, por outro. O pleito teve origem na propriedade de umas casas localizadas no canto da Rua de Dona Anais, nas quais morara Pedro de Vides e que o cabido vimaranense emprazara em 1322, por três vidas, a Domingos Simões e a Mor Gonçalves, por uma renda de 5 maravedis anuais, e que foi sempre paga “ataa que se deste mundo passarem que foi no anno da primeiã pestelença da era de mil e trezentos e oitenta e seis anos”. Tendo os foreiros morrido em 1348, os réus apoderaram-se das casas, recusando pagar mais de 3,5 maravedis por ano:

assi que dello dicto tempo aata (?) primeiã pestelença que os dictos Domingos Simhom e sa molher morerom e se os dictos Antonio Gonçalvez e sa molher se apoderarom e teem as dictas cassas como dicto he som passados vinte e sete annos em que falleceu o dicto Cabido do aluguer que lhas dellas davam os dictos Domingos Simhom e sa molher cada anno hum maravedi e meio em que monta xl maravedis e meio<sup>22</sup>,

pedindo o Cabido o pagamento deste valor e a devolução das casas. Os réus alegaram que a dita Guiomar Esteves havia casado com Domingos Simões após este enviuar, e tido uma filha com ele, ainda viva, chamada Leonor, que ficou como terceira pessoa no prazo que o seu pai trazia, após a morte deste e o casamento da sua mãe com o dito António Gonçalves. Os réus alegavam ainda que “della pestelença primeira ataa que havia vinte e sete annos e mais” pagaram 5 maravedis de renda, mas sendo 3,5 para o

21 AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 283.

22 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

Cabido e 1,5 para o prior de Santa Maria de Guimarães. Os vigários condenaram os réus a pagar os ditos 40,5 maravedis em 30 dias.

Outro exemplo é o do acordo que encerra amigavelmente uma demanda semelhante entre o mesmo senhorio e um outro enfiteuta em 1378, que se arrastava “des o anno da pestelença que foi da era de mil trezentos e oitenta e seis annos ataa ora”<sup>23</sup>. Estes documentos, riquíssimos e que levantam muitas mais questões do que aquelas que aqui se trata, afiguram-se como um fim de ciclo.

Deveremos assumir que a peste desaparece da documentação quotidiana novamente, desvanecendo-se com o afastamento temporal da Peste Negra, mesmo com a ocorrência esporádica de novos surtos? Creio que não. Basta avançar um ano no limite que aqui estabeleci para a recolha massiva de documentação para perceber que a Peste Negra se tornou um marco cronológico. Uma inquirição feita no Vale do Vouga, envolvendo bens do Mosteiro de Grijó, demonstra que a memória dos sobreviventes não tinha conta certa nos anos passados desde a Peste, mas era capaz de datar perfeitamente um acontecimento ou uma prática como sendo anteriores ou posteriores à pandemia. A primeira testemunha e réu, Domingos Pires, dizia ali viver há 30 anos, e no decorrer do inquérito, disse que:

sabia el testemunha que ante da pestillencia primeira vivendo el testemunha na aldea de Lamas em hum cassal que hera do Moesteiro de Pedrosso que Domingos Johanes morador que fora no dito logo de Pedassães lhe dicera que tinha na sua eira sinco alqueires de pam pellas sangalhes que herom das entradas e que haviam dellas de fazer quatro quinhoes (...).

A terceira testemunha, Maria Francisco, mulher de João Segadães, réu,

preguntada se vira ja por alguma ves pagar as ditas entradas aalgum morador do dito logo de Pedassães ou ao dito seu Padre dice que lhas vira pagar ante do anno da pestillencia primeira (...)<sup>24</sup>

Este tipo de referências cronológicas sucede-se ao longo da inquirição, semelhantes em quase todos os testemunhos colhidos. Falamos de indivíduos que trabalhavam a terra, como caseiros ou pequenos enfiteutas, e que, mais de trinta anos após o acontecimento, recordavam perfeitamente o que acontecera antes e depois da Peste. Mesmo sem poder determinar com exatidão qual o ano, não tinham qualquer dúvida sobre se algo acontecera precisamente no ano da “pestilência primeira”, antes ou depois.

---

23 AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 453.

24 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 45 (Tombo de “doações e mais títulos dos bens do Mosteiro de Grijó”), fl. 144-161v, doc. 6.

Novamente fora do território e da cronologia em estudo, os exemplos não cessam. Em carta datada de 23 de maio de 1394, D. João I doa o morgado de Aires Vasques e de Maria Eanes, sua mulher, estabelecido por testamento de ambos, redigido em Alcácer do Sal durante a “pestilentia grande”, a Gonçalo Pires, escrivão da chancelaria régia e marido da descendente mais direta dos fundadores (Dias, 2005, pp. 127-128). Quase meio século depois, “pestilentia grande” basta para determinar com exatidão o tempo de algo ocorrido nesse evento, ou para estabelecer um “antes e depois”.

Após a segunda peste, as expressões relativas à Peste Negra, concretamente, obrigam a uma individualização. Como vimos em vários dos exemplos transcritos, os testemunhos referem ora “pestilência grande”, ora a “pestilência primeira”. Há até a combinação de ambas, na já referida inquirição de 1380. Todas revelam uma dimensão que ultrapassa o evento original. Novas epidemias, uma vulgarização no imaginário coletivo e uma sincronia entre palavra e ‘entidade’ nosológica consolidam o uso do léxico da peste em galego-português e em documentação quotidiana. O uso nunca se torna muito frequente, mas está presente.

Falamos de um evento profundamente traumático. Não se poderá assumir que haveria alguma urgência ou vontade de referir abertamente a doença, a menos que tal fosse estritamente necessário e forçado pelas circunstâncias. Parece ser o caso da maioria dos testemunhos colhidos – ora se trata de sentenças e execuções testamentárias, ora de contratos onde os senhorios se procuram proteger de todas as ameaças, passando o ónus aos arrendatários. A diminuição que se verifica no fim do ciclo estudado contrasta, porém, com a constatação de que todos os indivíduos, sem distinção de posição social, saberiam agora exatamente o que significava pestilência – sem que, para isso, houvesse necessidade de a referirem constantemente. Sabiam o que era a peste, e esse conhecimento dava significado à palavra. Se antes seria apenas um recurso lexical ao alcance dos letrados mais eruditos, era agora um conceito corrente e manchado por um significado concreto, vivido e doloroso.

## Conclusão

Este breve trabalho, apresentado a partir da perspectiva de um historiador, poderá oferecer lacunas do ponto de vista técnico do linguista. Porém, creio que disponibilizará ferramentas e será um importante ponto de partida para novas abordagens aos documentos escritos medievais e à forma como a língua escrita reage e interage com eventos e fenómenos particularmente marcantes, como são as grandes epidemias.

A eclosão da “primeira pestilência” dá-se numa fase de transição na cultura escrita do português. Poucos anos antes do seu aparecimento no Ocidente, o conde D. Pedro de Barcelos procedia já à recolha da poesia trovadoresca, à recompilação de um livro de linhagens do reino e à primeira redação da Crónica Geral de Espanha de 1344. Não será fácil medir a influência da Peste Negra nos processos linguísticos então em curso, mas a coincidência temporal legitima questões deste tipo. Por ora, e não sendo o objetivo

deste pequeno trabalho dimensionar essa influência, remeto-me para o estudo de caso regional aqui apresentado.

A Peste Negra exerceu uma influência clara, mas que não terá sido única entre os fenômenos deste tipo. Porém, o singular evento pandêmico, e a ausência do léxico da peste antes de 1348, em Portugal, permite-nos estabelecer uma relação inequívoca entre a ocorrência da epidemia e a progressiva assimilação e utilização quotidiana dessas palavras e conceitos. Ao longo das primeiras décadas após a Peste Negra, poderão ser definidas três fases, consecutivamente sobrepostas. A princípio, a utilização faz-se exclusivamente como evocação da memória do acontecimento traumático passado, uma necessidade prática relacionada com questões levantadas pelo impacto e pelas consequências da epidemia. Em menos de uma década, uma nova fase permite bifurcar o uso do conceito para um evento sem cronologia definida, libertando-se do acontecimento concreto de 1348-49. O regresso da doença em 1362, e por diversas vezes depois disso, contribui para que a “pestilência” e a “peste” se tornem palavras mais usadas, mais comuns e conhecidas por todos. A terceira fase deste primeiro ciclo torna a referência à Peste Negra – a “pestilência primeira” ou a “pestilência grande” – um marco cronológico que separa um antes e um depois na memória daqueles que lhe sobreviveram, mesmo muitas décadas depois, ainda que se trate de datar um acontecimento que nada teve a ver com a ocorrência pandêmica. Este tipo de marco não é único na sua existência. O recurso a elementos de datação não “numéricos” tem longa tradição, sobretudo antes da introdução e difusão do tabelionato público<sup>25</sup>. Único é o seu caráter quase universal, e por isso mesmo inequívoco.

Aos poucos, peste e pestilência tornar-se-ão sinónimos práticos de epidemia e prestar-se-ão aos mesmos usos metafóricos que já antes serviam autores latinos clássicos e medievais. Integrará crônicas e tratados, normativa e literatura. A introdução destas palavras no português escrito faz-se no final do período de formação da língua, integrando-a plenamente aquando do início da sua fase de expansão, a partir do século XV (Castro, 2006, p. 85). A consolidação deste vocabulário nas diversas dimensões do discurso escrito português faz-se pelas sucessivas recorrências da doença ao longo dos séculos seguintes, passando a ser uma presença assídua nos corpos de muitos e nas mentes de todos. Porém, é o primeiro de todos os surtos aquele que estabelece o momento de vulgarização do léxico da peste, sobretudo o literal “pestilência”. Trata-se de um exemplo relativamente simples e de uma constatação que pode parecer óbvia.

---

25 Um exemplo concreto é o registo de *regnante*, utilizado na documentação da Coroa Asturo-Leonesa. Para o reinado de Afonso V de Leão, por exemplo, são conhecidos 214 registos deste tipo, por vezes complementados com o titular da cátedra episcopal da cidade de León ao tempo. (Lucas Álvarez, 1995, 574-598). Outro exemplo, mais popular, é o dos testemunhos recolhidos nas inquirições régias portuguesas dos séculos, onde os jurados recuam com frequência dezenas de anos, por vezes um século, recuperando a memória de algo que aconteceu no reinado de um certo monarca como marcador cronológico mais ou menos preciso.

Contudo, são raras as oportunidades em que é possível estabelecer uma relação tão inequivocamente direta e verificável entre a ocorrência de um fenómeno e uma inovação na língua falada em época medieval.

## Bibliografia

### Fontes inéditas

#### Arquivo da Universidade de Coimbra

*Documentos da Colegiada de Guimarães*, n.º 38, 41-46, 53.

*Pergaminhos*, 1ª Coleção Especial, Gaveta 22, n.º 2.

*Pergaminhos do Século XIV*, Gaveta 8, maço 1, doc. 1 (Mosteiro de Sanfins de Frietas), 4-6 (Mosteiro de São João de Longos Vales), 9-21 (Mosteiro de São Pedro de Roriz), 29 (São Salvador de Moreira da Maia); maço 2, doc. 71-120 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 8A, maço 3, doc. 121-188 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 9, maço 4, doc. 189-230; Gaveta 9A, maço 5, doc. 233, 261, 266, 271 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso).

#### Arquivo Distrital de Braga

*Coleção Cronológica*, Caixa 6, n.º 254-257, 262, 265-273; Caixa 7, n.º 274-276, 278, 280, 282-284, 287, 294, 295-301, 303, 305, 306, 311; Caixa 8, n.º 314, 316-319, 322, 325, 327, 328, 333-336, 339, 342, 343, 345, 347, 350, 352-355; Caixa 9, n.º 359, 360, 365, 367, 368, 369, 374, 375, 378, 384, 390; Caixa 10, n.º 392, 394, 398-407, 409, 410, 414-418, 421, 423; Caixa 11, n.º 438, 439, 441, 444-451, 461, 463, 465, 468-470; Caixa 12, n.º 471, 472, 474, 480-483, 496, 498, 499; Caixa 13, n.º 500-503, 506, 509, 510, 511, 517-521, 523, 524, 526-530, 532, 533, 535; Caixa 14, n.º 538-540, 547, 554-559, 561-580; Caixa 15, n.º 581, 583, 585, 586, 588-602, 606-619, 621-623; Caixa 16, n.º 625-629, 631-633, 635-640, 643-646, 647-655, 660; Caixa n.º 17, n.º 664-677, 679, 683, 684, 687, 691-693, 696, 697; Caixa 18, n.º 699, 700, 703-705, 707, 708, 714, 716, 717, 719-722, 726, 728, 729, 732; Caixa 19, n.º 733, 735, 736, 738-740, 743, 744, 746, 747, 750-755; Caixa 20, n.º 758, 760-763, 766, 767, 769, 771-777, 779, 780, 782-786; Caixa 21, n.º 787-791, 795-800, 803, 805-810, 812, 814, 815; Caixa 22, n.º 819-821, 823-831, 835-842, 844, 848-851, 853; Caixa 23, n.º 855-859, 863-870, 872, 874, 876.

*Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, n.º 5, 16-35, 40-44, 79, 84, 95-99, 104, 124, 125, 130, 135, 139, 149, 150, 163, 164, 166, 167, 170, 172, 185, 186, 218-224, 226-231; Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 177, 179, 193-210, 212-220, 223, 224, 227, 228, 230-241, 243-247, 249-258, 260-265, 267-272, 275-285; Gaveta 2ª das Igrejas, n.º 10, 11, 38-40, 44-49, 52, 96, 98, 99, 150, 157; Gaveta 2ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 132, 144; Gaveta dos Arcebispos de Braga, seus privilégios e Jurisdição Espiritual, n.º 44-46, 50, 52, 53, 85, 87; Gaveta de Braga, Sua Jurisdição e Seus Oficiais, n.º 6-17, 19; Gaveta das Dignidades, Cónegos, Tercenários e Coreiros, n.º 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44; Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, n.º 7, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 19-23, 25, 38, 79; Gaveta das Concórdias e das Visitas, n.º 3-5; Gaveta dos Coutos, n.º 5, 9, 12-15, 22, 23, 41-44, 53, 78, 85, 87; Gaveta dos Legados e Sufrágios, n.º 18-20, 22, 24, 25; Gaveta das Matérias Inúteis, n.º 1, 2, 4, 5, 12-14, 19-24, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 37-39, 42, 46, 51-54, 97; Gaveta da Matéria

dos Prazos, n.º 6-11, 90, 99; Gaveta das Notícias Várias, n.º 39; Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, n.º 14-20, 22, 23, 25-27, 31-35; Gaveta dos Prazos do Cabido, n.º 56-58, 60-62, 64-68, 153; Gaveta dos Prazos Particulares, n.º 34-39, 41-44, 46-52; Gaveta dos Privilégios, Honras e Jurisdições do Cabido, n.º 8, 11-15, 20, 62; Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, n.º 48, 49, 51, 52; Gaveta das Propriedades Particulares, n.º 817, 818, 820, 821, 823-831, 833-890, 892-902, 904, 906-908, 950, 995-999, 1001-1004; Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas e Seminários, n.º 9, 36, 38-41, 132, 147, 148; Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, n.º 2-5; Gaveta da Sé Vacante, n.º 5; Gaveta dos Testamentos, n.º 39-41, 43-45, 48-51, 53-54; Gaveta dos Votos, n.º 3, 5, 6.

*Livro 1º dos Testamentos*, n.º 36, 38, 46, 51, 52, 54-90, 92-94.

*Livro 2º dos Testamentos*, n.º 4, 5, 8, 25, 26, 29, 31, 43, 44.

*Livro das Cadeias*, n.º 31, 32, 35-38, 69, 70, 72, 80, 83, 84.

*Santa Casa da Misericórdia de Braga*, Livro 419 (Livro 1º dos Prazos Primordiais), n.º 1, 41, 42;

Livro 420 (Livro 2º dos Prazos Primordiais), n.º 74-76, 79-81, 89, 104, 108.

*Tombo 1º do Cabido*.

#### Arquivo Distrital do Porto

*Cabido da Sé do Porto*, Livros dos Originais, Livros 6º-9º, 12º, 14º, 15º, 17º-30º; Documentos Vários, Pergaminhos Vários, n.º 3, 17.

*Convento de Santo André de Ancêde - Baião*, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos; Tombo de Títulos; Livro 29, Documentos Vários.

*Convento de São João Baptista de Alpendurada - Marco de Canaveses*, Registos de Traslados de Prazos, n.º 275, 282-303; Prazo do Casal de Louredo; Prazo do Casal da Ribeira.

*Mitra da Sé do Porto*, Pergaminhos da Mitra do Porto, n.º 17.

#### Arquivo Histórico Municipal de Elvas

*Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, n.º 4.

#### Arquivo Histórico Municipal do Porto

*Fundo João Martins Ferreira*.

#### Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)

*Câmara Municipal de Guimarães*, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal.

*Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Igreja de São Miguel do Castelo, Avulsos, doc. 1; Nota Antiga, Livros I, II e III; Pergaminhos; São Gens de Montelongo, Maço 1 [C704], doc. 1; Sentenças da Fazenda do Cabido, C1355, doc. 1; Testamentos e Doações, Tomo II, fl. 7v-8v, 411v-412.

*Irmandade de São Crispim e São Crispiniano*, Pergaminhos.

*Mosteiro de São Salvador de Souto*, Pergaminhos.

#### Arquivo Municipal de Ponte de Lima

*Coleção de Pergaminhos*, n.º 4.

#### Arquivo Municipal de Viana do Castelo

*Cartas Régias*, Caixa 1, n.º 22 e 23; Pasta 2, caixa 1, n.º 1, 2.

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 37-44v<sup>26</sup>.
- Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3 e 4.
- Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, 2, 3 e 4.
- Colecção de Documentos Avulsos*, n.º 74.
- Colegiada de Santo Estêvão de Valença*, maço 3, n.º 2 e 3; maço 3, n.º 3, 5, 9, 11 e 13.
- Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos Particulares, maços 20 a 37; Documentos Régios, maço 1, n.º 5, 16, 23, 25-28, 31-34, 37-39; maço 2, n.º 1-3; Documentos Eclesiásticos, maço 2, n.º 16, 37, 41, 42, 44 e 45; maço 3, n.º 1, 2, 4, 5, 7, 10, 12-15, 17, 19, 21, 23-25, 28-30, 32-36, 38 e 40.
- Colegiada de Santa Maria de Barcelos*, maço 1, n.º 1 a 20.
- Colegiada de São Martinho de Cedofeita*, maço único, n.º 4.
- Convento de Santa Clara de Guimarães*, maço 1, rolo não numerado.
- Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, Livro 137.
- Convento de Santa Clara do Porto*, maços 50 a 54, 57, 59, 60, 67.
- Documentação de Conventos por Identificar*, Caixa 1, pergaminho não numerado de 1334.
- Feitos da Coroa*, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1.
- Gavetas*, Gaveta 1, maço 1, n.º 8, maço 2, n.º 2, maço 6, n.º 16, maço 7, n.º 8; Gaveta 3, maço 4, n.º 9; Gaveta 7, maço 13, n.º 27; Gaveta 8, maço 1, n.º 5; Gaveta 11, maço 5, n.º 15; Gaveta 12, maço 2, n.º 8, maço 9, n.º 10; Gaveta 13, maço 5, n.º 4; Gaveta 15, maço 19, n.º 53; Gaveta 18, maço 5, n.º 30; Gaveta 19, maço 3, n.º 40, maço 4, n.º 2 e 34, maço 5, n.º 35, maço 6, n.º 30, maço 7, n.º 1 e 13, maço 8, n.º 29.
- Mitra Arquiepiscopal de Braga*, maço 4, n.º 135 e 143.
- Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia*, maços 3, 5, 6, 8, 10, 26, 27, 32, 36, 37, 39 e 42 a 47.
- Mosteiro de Santa Maria da Oliveira de Vermoim*, maço 1, n.º 4-6, 8-11.
- Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gaveta 5, maço 8, doc. 23.
- Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo*, maço 1, n.º 15 a 21.
- Mosteiro de Santo André de Ancede*, maço 1, n.º 19.
- Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 99.
- Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela*, maço 1, n.º 12, 13 e 16.
- Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto*, maços 1 e 2.
- Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto*, maços 4 a 6.
- Mosteiro de São Domingos do Porto*, maço 1, n.º 12, 14, 16.
- Mosteiro de São João Baptista de Pendorada*, maços 24 e 26.
- Mosteiro de São Miguel de Vilarinho*, maços 3 e 4.
- Mosteiro de São Pedro de Pedroso*, maços 9 e 38.
- Mosteiro de São Pedro de Roriz*, maço 1, n.º 14.
- Mosteiro de São Romão de Neiva*, maço 1, n.º 4.

---

26 Caderno original da chancelaria de D. Afonso IV, cosido por engano num livro da chancelaria de D. Afonso V.

*Mosteiro de São Simão da Junqueira*, livros 8 a 12.

*Mosteiro do Salvador de Grijó*, Documentos Particulares, maço 1, n.º 3, 4, 6, 8, 10, 11, 15, 17-20; maço 2, n.º 1-3; Livros 40, 44 a 49, 51.

*Mosteiro do Salvador de Moreira*, maços 10 a 12.

*Mosteiro do Salvador de Vairão*, maços 6 a 10.

*Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim*, maço 1.

*Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, maços 3, n.º 340; maço 5, n.º 479.

Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

*Manuscritos*, Pergaminhos de Guimarães, caixa 6, n.º 176 a 214 (n.º 16605 a 16644).

Biblioteca Nacional de Espanha

Manuscrito VITR/4/6.

Biblioteca Nacional de Portugal

*Pergaminhos*, Série Preta, n.º 50, 53, 61, 63, 64, 77 a 80.

Biblioteca Pública de Évora

*Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 131 e 150.

### Fontes publicadas

Alarcão, J. de & Amaral, L. C. (eds.). (1986). *Livro das campanhas. Códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó*. Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Amaral, L. C. & Silva, M. J. O. e. (eds.). (2016). *Pergaminhos de Uma Coleção Particular*. CIT-CEM, Edições Afrontamento.

Barros, A. J. M. (2003). Tombo do Mosteiro de Ancede (século XIV). *Douro: estudos & documentos* 8:16. pp. 217-308.

*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum* (1917). Vol. II. Tipografia Portucalense.

Costa, A. de J. da. (ed.). (1965-1978). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Edição crítica* (1965-1978). Assembleia da Junta Distrital de Braga, 2 vols.

Dias, J. A. (ed.). (2005). *Chancelarias Portuguesas. D. João II. Volume II, Tomo 2*. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

García y García, A. (dir.). (1982). *Synodicon hispanum. Vol. II. Portugal*. Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

Grave, J. (ed.). (1924). *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Biblioteca Municipal do Porto.

Lista dos naturais da Igreja de Vilar de Porcos, Terra da Maia (1329) (2019). Transcrição de António Castro Henriques. *Fragmenta Historica* 7. pp. 103-105.

Marques, A. H. de O. & Dias, N. J. P. (eds.). (1986). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

- Marques, A. H. de O., Dias, N. J. P. & Salvado, J. P. (org.). (1990-1993). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*. Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-1993. 2 volumes.
- Marques, A. H. de O. (ed.). (1984). *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos.
- Marques, A. H. de O. (ed.). (1990-1992). *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa. 3 vols.
- Marques, A. H. de O., Rodrigues, M. T. C. & Dias, N. J. P. (eds.). (1982). *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV: (1325-1357)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, J. (1982). Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga: 1186-1545. *Bracara Augusta* 36:81-82 (94-95). pp. 71-199.
- Marques, J. (2018). *Confirmações de Tui (1352-1382): aspectos do episcopado de D. João de Castro*. Universidade do Minho. Arquivo Distrital de Braga.
- Morujão, M. do R. (coord.). (2010). *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Centro de Estudos de História Religiosa.
- Nascimento, A. A. (ed.). (1998). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de S. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edições Colibri.
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines*. Volumen I (1856-1868). Academiae Scientiarum Olisiponensis.
- Saraiva, M. T. M. P. (1997). *Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes*. Colibri.
- Serra, J. C. da (ed.). (1816) *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Dinis, D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando*. Tomo IV. Academia das Ciências de Lisboa.
- Siete Partidas* (2011). Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 3 vols.

## Estudos

- Álvarez, M. L. (1995). *El reino de León en la Alta Edad Media: VIII. Cancillerías Reales Astur-Leonesas (718-1072)*. Centro Estudios e Investigación ‘San Isidoro’.
- Banza, A. P. & Gonçalves, M. F. (2018). *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Cátedra UNESCO, Universidade de Évora.
- Bautista, F. (2016). Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344*. *e-Spania* 25. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.26177>.
- Benedictow, O. J. (2011). *La Peste Negra, 1346-1353. La historia completa*. Akal.
- Bos, K. I., Schuenemann, V. J., Golding, G. B., Burbano, H. A., Waglechner, N., Coombes, B. K., McPhee, J. B., DeWitte, S. N., Meyer, M., Schmedes, S., Wood, J., Earn, D. J., Herring, D. A., Bauer, P., Poinar, H. N., & Krause, J. (2011). A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death. *Nature*, 478(7370), 506–510. <https://doi.org/10.1038/nature10549>.
- Caeiro, F. da G. (1981). Fontes Portuguesas da Formação Cultural do Santo. *Itinerarium XXVII*(110/111). pp. 136-164.

- Campbell, B. M. S. (2016). *The Great Transition. Climate, Disease and Society in Late-Medieval World*. Cambridge University Press.
- Castro, I. (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Universidade Aberta.
- Castro, I. (2006). *Introdução à História do Português*. Colibri.
- Coelho, M. H. da C. (1990). O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas* (pp. 389-462). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.
- Cunha, M. C. A. e. (1988). Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 2.<sup>a</sup> série, 5 (1988). pp. 69-94.
- Domingues, J. & Pinto, P. (2015). O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21. pp. 12-26.
- Domingues, J. (2017). A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal. *7PartidasDigital* 1. pp. 1-14.
- Inventário dos códices iluminados até 1500* (1994-2001). Secretaria de Estado da Cultura. 2 volumes.
- Marques, J. (2016). A peste de 1362, na diocese de Tui. *Boletim cultural de Melgaço*, 9. pp. 141-164.
- Miranda, S. (2013). *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (2ª parte)*. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Nascimento, A. A. & Meirinhos, J. F. (coords.). (1997). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Pacheco, M. C. (1981). A Formação Intelectual do Santo. *Itinerarium XXVII*(110-111). pp. 165-183.
- Pedrosa, M. (2013). *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (1ª parte)*. 2 vols. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pérez, I. V. (2015). *Crónica de 1344. Edición crítica y estudio*. Tesis doctoral presentada a Universitat Autònoma de Barcelona.
- Perry, R. D. & Fetherson, J. D. (1997). *Yersinia pestis* - etiologic agent of plague. *Clinical Microbiology Reviews*, 10 (1) pp. 35-66. DOI: 10.1128/CMR.10.1.35.
- Roque, M. da C. (1979). *As pestes medievais europeias e o regimento proqueytoso contra ha pestenança*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, A. F. O. da (2021). *A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Tarouca, C. da S. (1946). *Inventário das cartas e dos códices manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*. Edições Nazareth.
- Teyssier, P. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Sá da Costa.
- Viana, M. (2002). Um testemunho de direito consuetudinário (1281). *Arquipélago*, 6. pp. 399-415.
- World Health Organisation. (2017). *Plague*. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>.

*Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades* reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, analisam a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas enfermidades que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, os estudos coligidos neste Volume permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há, de facto, um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

